



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2024.0000380927

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1007783-31.2022.8.26.0624, da Comarca de Tatuí, em que é apelante MUNICÍPIO DE TATUÍ, é apelada ROSEMEIRE GONÇALVES GOMES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores VICENTE DE ABREU AMADEI (Presidente sem voto), MAGALHÃES COELHO E LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ.

São Paulo, 1º de maio de 2024.

MARCOS PIMENTEL TAMASSIA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 19.991

APELAÇÃO Nº 1007783-31.2022.8.26.0624

COMARCA: TATUÍ

APELANTE: MUNICÍPIO DE TATUÍ

APELADA: ROSEMEIRE DA SILVA GOMES

Julgador de Primeiro Grau: *Fernando Jose Alguz da Silveira*

APELAÇÃO – Servidora pública municipal de Tatuí – Técnica de enfermagem – Pedido de majoração do adicional de insalubridade, de grau médio pra grau máximo, no período correspondente à pandemia de Covid-19 – Sentença de procedência – Insurgência do réu – Descabimento – Afastada a preliminar de incompetência do juízo – Controvérsia fática na espécie demanda produção de prova pericial específica, para constatar in loco a condição laboral da requerente, o que é incompatível com rito dos juizados especiais – Mérito – Conclusão pericial no sentido de que a autora faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, por todo o período correspondente à pandemia de Covid-19, pois, durante aquele interregno, laborou no mesmo local, exercendo as mesmas atividades e sob as mesmas condições – Natureza declaratória do laudo, e não constitutiva do direito à percepção do adicional de insalubridade – Inaplicabilidade do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 413/RS, aplicável aos Juizados Especiais Federais e que não é de observância obrigatória por este órgão fracionário – Ainda que o juiz não se encontre adstrito ao desfecho atingido pelo laudo pericial é certo que, no caso sub judice, não existem elementos aptos a infirmar as conclusões da prova técnica – Majoração do adicional devida, com os devidos reflexos remuneratórios e com direito ao pagamento retroativo das diferenças remuneratórias – Sentença mantida, com observação acerca do regime de atualização da condenação – **RECURSO DESPROVIDO.**

Vistos.

Trata-se de apelação interposta pelo **MUNICÍPIO DE TATUÍ** contra a r. sentença (fls. 229/232) que julgou procedente o pedido ajuizado por **ROSEMEIRE DA SILVA GOMES**, para condenar o município a pagar à autora o *adicional de insalubridade no grau máximo de 40% (quarenta por cento), procedendo ao apostilamento e ao pagamento da diferença das parcelas em atraso no período de 03/02/20 a 220/04/22*. A sentença ainda condenou o réu a pagar as custas e despesas processuais e os honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Em suas razões recursais (fls. 235/246), o Município réu argui preliminar de incompetência absoluta, porque a matéria compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública. No mérito, o réu-apelante aponta que laudo elaborado pela Administração constatou grau médio de insalubridade e sustenta que o ambiente laboral da autora não possui riscos em grau máximo, não se enquadrando nas hipóteses previstas pela NR-15 da Portaria MTE nº 3.214/78. Argumenta que Administração disponibilizou os EPI's necessário para mitigar os riscos e que prevalece o laudo elaborado pela Administração Municipal. Alega que o pedido se funda em situação pretérita temporária, com condições excepcionais, e que já se extinguiu, não podendo ser aferida por laudo pericial elaborado extemporâneo. Sustenta, por fim, a vedação de retroatividade dos efeitos do laudo, conforme decidido no PUIL nº 413/RS. Pede pela reforma da sentença e total improcedência do pedido autoral.

Contrarrazões às fls. 252/260.

É o relatório. **DECIDO.**

Estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade do recurso.

De antemão, válido consignar que a demanda vertente não se afigura como hipótese de remessa necessária, pois o montante da condenação, ainda que necessite de cálculo aritmético para ser liquidada, flagrantemente não tem condão de alcançar o teto previsto pelo inciso III do § 3º do art. 496 do CPC.

Já a preliminar de incompetência absoluta não viceja porquanto a controvérsia fática na espécie demanda produção de prova pericial específica, para constatar *in loco* a condição laboral da requerente, o que é incompatível com rito dos juizados especiais e desloca a competência de processamento e julgamento para a Justiça Comum. Nesse sentido, há inúmeros precedentes desta Corte, dos quais destaco os seguintes julgados de minha relatoria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Ação ordinária em que se objetiva o percebimento de adicional de insalubridade - Decisão recorrida que determinou a remessa dos autos ao Juizado Especial Cível local - Insurgência - Cabimento – A resolução da lide demanda produção de prova incompatível com o rito dos juizados especiais – Precedentes - Decisão reformada para manter os autos originários em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro de Tupã – Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2022698-29.2024.8.26.0000; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Tupã - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/03/2024; Data de Registro: 21/03/2024)

– grifo.

APELAÇÃO – Interposição ex officio do reexame necessário – Condenação ilíquida – Súmula nº 490, do Superior Tribunal de Justiça – STJ – PRELIMINAR – Competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública – Rejeição – Possibilidade de realização de prova pericial rompe a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública – Artigo 10, caput, da Lei Federal nº 12153/09 – Precedentes desta Corte de Justiça – [OMISSIS] – Sentença mantida, com observação – Recurso voluntário e reexame necessário não providos. (TJSP; Apelação Cível 1000864-08.2015.8.26.0483; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Presidente Venceslau - 2ª Vara; Data do Julgamento: 10/05/2016; Data de Registro: 12/05/2016)

No mérito, verifica-se que é incontroverso o direito ao recebimento do adicional de insalubridade previsto pelos artigos 82 a 87 da Lei Municipal nº 4.400/10 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tatuí). Controverte-se somente o grau do adicional a que faz jus a autora.

Extraí-se dos autos que a apelante é servidora do Município de Tatuí desde 04.12.2018, exercendo a função de *Técnica de Enfermagem no Pronto Socorro Municipal*, onde tem contato permanente com enfermos, inclusive com doenças infectocontagiosas. A autora sempre percebeu o adicional de insalubridade em grau médio (fls. 11/13).

Nessas circunstâncias, ela ajuizou a presente demanda pretendendo a majoração do adicional de insalubridade para o grau máximo desde o início do período referente à pandemia de Covid-19, o que o ente requerido contestou (fls. 107/115) e juntou documentos (fls. 117/129), dentre os quais consta laudo pericial emitido pela municipalidade, por meio do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, que atesta a insalubridade no grau médio (fl. 118).

Para dirimir a controvérsia, foi determinada a produção de prova pericial, consubstanciada no laudo de fls. 179/198, cuja conclusão, acatada pela r. sentença, foi a de que a apelante faz jus à insalubridade em grau máximo para o período da Pandemia Covid-19, de 03 de março de 2020 a 22 de abril de 2022.

Pois bem.

Embora o laudo produzido na esfera administrativa tenha concluído que o ambiente de trabalho da autora é insalubre em grau médio, é possível, em tese, o afastamento das conclusões eventualmente colhidas pelo órgão

estatal, que são unilaterais, por meio de procedimento jurisdicional em que é franqueada às partes a possibilidade de produção de prova pericial revestida de todas as garantias inerentes ao contraditório. Avultam-se, neste particular, as garantias de pleno acesso à justiça e do devido processo legal – artigo 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal.

Sobre o tema, a autorizada doutrina de Luis Manuel Fonseca Pires, *in verbis*:

“Enfim, as apreciações técnicas, por não caracterizarem uma espécie de discricionariedade administrativa, estão sujeitas ao pleno controle judicial. Não há ao Poder Público qualquer margem de 'conveniência e oportunidade' (5.2.8), não há uma pluralidade de decisões legítimas (3.1 e 5.4), não existe um âmbito isento do controle pelo Judiciário porque não se trata de uma discricionariedade administrativa. Toda e qualquer questão técnica e científica, em última análise, é irrestritamente controlável pelo Judiciário. Com a conclusão à qual chegamos no tópico precedente a de que o controle judicial sobre as apreciações técnicas é amplo e incondicional, o que ora desejamos destacar é que as perícias, de modo geral, como as de engenharia, de meio ambiente, de contabilidade, e outras, e os exames sobre imóveis, bens de consumo, em pessoas, e diversos outros, os julgamentos em licitações, sejam de melhor técnica ou de melhor preço, por serem apreciações técnicas, é dizer, por dependerem da manifestação de certo conhecimento especializado fora do direito, são absolutamente controláveis pelo Judiciário” (in “Controle judicial da discricionariedade administrativa”, 2ª Edição, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2013, p. 214/215).

Na espécie, o laudo pericial produzido nestes autos após vistoria *in loco* realizada pelo *expert* em 26.09.2023, concluiu argutamente que a autora, realmente, faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, no período de calamidade pública relativo à pandemia Covid-19. Destacam-se os seguintes excertos do laudo:

O(a) autor(a) no exercício das atividades, eram laboradas na função de Técnico Enfermagem, atribuídas as mesmas tarefas diárias e rotineira no atendimento de urgência e emergência a pacientes em isolamento positivados ou com os sintomas de Covid, nos períodos (03/02/20 a 22/04/22) no setor saúde pública. (fl. 185)

*Requerente esteve exposto em suas funções de Técnico Enfermagem, em sua atividade habitual e permanente, no setor saúde pública, com a atribuição no **atendimento de urgência e emergência a pacientes em isolamento positivados ou com os sintomas de Covid**, estando condicionado a Trabalho Moderado, laborando suas atividades em uma jornada de trabalho efetiva no local de 11h00min, para o período de (03/02/20 a 22/04/22).*

(...)

*Para o período que se refere-se à disseminação de uma epidemia, no caso do(a) autor(a), ela manteve suas atribuições habituais na remoção de usuários do sistema de saúde como também, para os municípios desta localidade que utilizam o Pronto Socorro Municipal, para este período, **não havia uma triagem efetiva dos tipos de atendimento, sendo necessário o atendimento de todos os tipos de ocorrências, destinados a pacientes diagnosticados com Covid ou não.***

Neste caso há exposição aos agentes biológicos, uma vez que o requerente possuía contato habitual e permanente ao locais aonde realizavam a remoção dos pacientes. Tal contato aos fatores de risco mencionados estão previstos no Anexo nº 14 da NR-15, no item insalubridade de grau máximo em seu seguinte item:

Trabalho ou operações, em contato permanente com: Pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados);

(...)

*Conclusão da Análise Biológico: Para este agente, esta vistora entende que a autora esteve exposta de forma continua ao agente microrganismos patogênicos e infectocontagioso em via de absorção (respiratória) devido à exposição aos usuários da unidade de saúde, sendo que, de acordo com a NR 15 anexo 14, conforme o Decreto nº 3.048/99 a enquadramento qualitativo com codificação 3.0.1, veiculada na Portaria MTB nº 3.214/78 e portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, seguindo o Despacho Decisório nº 479/DIRS AT/INSS, de 25 de setembro de 2018, no quadro 21, por tanto **atividade Insalubre em Grau Máximo.** (fl. 193/194 – destaquei)*

Vale destacar que, de acordo com o perito, os

funcionários e o representante da empresa informaram da insuficiência dos equipamentos de proteção:

Conforme informações prestadas pelo(a) requerente, o(a) mesmo(a) utilizava os Equipamentos de Proteção Individual como máscara N95, avental descartável, luva descartável, já o protetor facial era reutilizável diversas vezes que inclusive utilizado por mais de um funcionários e o local onde se laborava as atividades possuíam Equipamentos de Proteção Coletiva, com alguns períodos com ausência destes dispositivos (EPI's), devido à falta deste material, tais alegações, foram confirmadas pelo representante da empresa e a funcionária paradigma. (fls. 191/192)

No mais, cumpre observar que a insalubridade compreende um estado de fato (condições anormais, de risco à saúde, em que o serviço é prestado), e não uma situação jurídica, de modo que ela é apenas reconhecida, ou melhor, declarada – mas nunca constituída – pelo laudo pericial. Correto, assim, que o termo inicial do benefício que dela decorre deve se reportar ao momento em que a trabalhadora passou a exercer as suas atividades em tais condições.

Portanto, não há motivos para não se acolher a conclusão da perícia de que a autora faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, por todo o período correspondente à pandemia de Covid-19, pois, durante aquele interregno, laborou nos mesmos locais, exercendo as mesmas atividades e sob as mesmas condições.

Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes:

APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - MUNICÍPIO DE BASTOS - Pretensão das autoras, servidoras públicas do Município de Bastos, de que seja reconhecido o seu direito ao recebimento do Adicional de Insalubridade, em grau máximo, inclusive com o pagamento das parcelas vencidas e reflexos - Sentença que reconheceu a procedência em parte do pedido - Irresignação do Município - Descabimento - Inteligência dos artigos 138 e 142 da Lei Complementar Municipal nº 870/90 - Laudo pericial que permite concluir pela insalubridade em grau máximo durante o período de pandemia de COVID-19 - Laudo técnico de insalubridade que tem natureza declaratória, gerando efeitos "ex tunc" - Decisão proferida no julgamento do PUIL nº 413 pelo C. STJ inaplicável ao caso - Precedentes desta E. Corte Bandeirante e desta C.

Câmara de Direito Público - RECURSO IMPROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1000135-79.2023.8.26.0069; Relator (a): Rubens Rihl; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Bastos - Vara Única; Data do Julgamento: 28/02/2024; Data de Registro: 28/02/2024) – grifos.

APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO – Servidora pública municipal – Presidente Prudente – Adicional de insalubridade – Auxiliar de enfermagem – Pretensão à majoração do adicional de insalubridade para o grau máximo (40%), porquanto já recebe o adicional em grau médio (20%) – Laudo pericial que concluiu pelo direito ao adicional em grau médio, como reconhecido pela Administração, e em grau máximo apenas durante a pandemia de COVID-19 (coronavírus – SARS-COV-2) – O laudo pericial tem natureza declaratória, e não constitutiva, e que o termo inicial do pagamento do referido adicional é o início da atividade insalubre, e não o laudo – Inaplicabilidade do Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 413/RS julgado pelo E. STJ por ser precedente não vinculante – Precedentes – Sentença de parcial procedência mantida – Recursos desprovidos. (TJSP; Apelação Cível 1017037-03.2021.8.26.0482; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Presidente Prudente - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 23/02/2024; Data de Registro: 23/02/2024)

*SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – Município de Birigüi – Enfermeira e técnicos de enfermagem lotados no pronto socorro de Birigüi - Discussão a respeito do percentual devido a título de adicional de insalubridade – **Perícia que concluiu pela existência de fator de insalubridade em grau máximo (40%) no período da pandemia do Coronavírus e em grau médio (20%) nos demais períodos** – Críticas apresentadas pelas partes que não são suficientes para desconstituir o trabalho realizado pelo expert do juízo – Sentença reformada apenas para afastar a condenação do Município ao pagamento do adicional de insalubridade em grau médio no período de 29/10/2015 a 05/04/2020 – Ausente pedido dos autores neste sentido, sendo incontroverso nos autos que os requerentes já recebem regularmente o adicional de insalubridade em grau médio, no patamar de 20% -*

Remessa necessária parcialmente provida e recursos de apelação não providos. (TJSP; Apelação Cível 1007552-64.2020.8.26.0077; Relator (a): Luís Francisco Aguilar Cortez; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Birigui - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/03/2023; Data de Registro: 16/03/2023)

Lado outro, é importante observar que o **Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 413 (PUIL 413)**, aplicável aos Juizados Especiais Federais, não é de observância obrigatória por este órgão fracionário. Em casos análogos, já se manifestou a C. 1ª Câmara de Direito Público:

*REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - MUNICÍPIO DE CATANDUVA - Pretensão da autora, servidora pública do Município de Catanduva, de que seja reconhecido o seu direito ao recebimento do Adicional de Insalubridade, inclusive com o pagamento das parcelas vencidas e reflexos - Inteligência dos artigos 178 a 180 da Lei Complementar Municipal nº 31/96 - Laudo pericial que permite concluir pela insalubridade em grau máximo - Laudo técnico de insalubridade que tem natureza declaratória, gerando efeitos "ex tunc" - **Decisão proferida no julgamento do PUIL nº 413 pelo C. STJ inaplicável ao caso** - Reflexos do Adicional de Insalubridade sobre horas extras, férias acrescidas do terço constitucional, 13º salário e adicional noturno - Direitos sociais dos trabalhadores que se aplicam aos servidores públicos por força do art. 39, § 3º, da Constituição Federal - Indevida a inclusão do Adicional de Insalubridade sobre os adicionais temporais - Verba de natureza "pro labore faciendo" - Precedentes deste E Tribunal de Justiça e desta C. Câmara de Direito Público - **REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE ACOLHIDA E RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDO.** (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1008647-66.2017.8.26.0132; Relator (a): Rubens Rihl; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Catanduva - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/12/2023; Data de Registro: 14/12/2023) – grifos.*

APELAÇÃO – Servidora Pública da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro – Fisioterapeuta - Pretensão de recebimento do Adicional de Insalubridade, em grau máximo – Sentença de procedência – Insurgência da autarquia municipal -

*Cabimento, apenas no que diz respeito à redução da verba sucumbencial – Recebimento do adicional de insalubridade em grau máximo - Comprovação mediante laudo pericial de que a autora exerce atividade insalubre, em grau máximo (40%) - Percebimento enquanto perdurar a atividade nociva – Perícia judicial que atesta o exercício de função insalubre – **Pedido de Uniformização de Jurisprudência nº 413/RS julgado pelo E. STJ – Inaplicabilidade – Precedente não vinculante – Redução da verba honorária – Possibilidade - Causa que não apresenta complexidade, motivo pelo qual não se justifica a fixação da verba sucumbencial no patamar máximo do artigo 85, § 3º, do Código de Processo Civil – Precedente dessa Corte de Justiça – Sentença reformada parcialmente, apenas e tão somente para reduzir a verba sucumbencial, a ser paga aos patronos da autora, para 11% (onze por cento) do valor da condenação – Recurso provido em parte.*** (TJSP; Apelação Cível 1005140-88.2021.8.26.0510; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Rio Claro - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 20/03/2023; Data de Registro: 20/03/2023) (destaquei)

*APELAÇÃO - Adicional de insalubridade – Servidora Municipal de Guzolândia (Servente) - Pretensão de recebimento do aludido adicional, com os devidos reflexos, bem como de pagamento das diferenças pretéritas, observada a prescrição quinquenal - **Insurgência da municipalidade, apenas quanto ao marco inicial dos atrasados, sob a alegação de que se deve dar a partir do laudo técnico – Descabimento - Termo inicial do pagamento do referido adicional que é o início da atividade insalubre, e não a partir do laudo, o qual tem natureza declaratória, e não constitutiva – Precedentes desta Colenda 1ª Câmara de Direito Público - Sentença mantida – Recurso não provido.** (TJSP; Apelação Cível 1000144-73.2020.8.26.0060; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Auriflama - Vara Única; Data do Julgamento: 02/03/2022; Data de Registro: 02/03/2022) (destaquei)*

APELAÇÃO – Servidor do Município de Guarujá – Motorista – Pedido de recálculo das horas extras relativas ao período trabalhado entre junho de 2018 e

*abril de 2019 em razão de ter recebido, nesse período, o adicional de insalubridade, que é base de cálculo das referidas horas extras, em grau máximo, e não em grau médio – Descabimento – Adicional de insalubridade pago a maior no período em questão por erro – Inteligência da Súmula 473 do STF – Poder de autotutela da Administração Pública – **Laudo de insalubridade que tem natureza meramente declaratória, produzindo efeitos "ex tunc"** – Sentença de improcedência mantida – RECURSO DESPROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1001166-65.2020.8.26.0223; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarujá - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 09/02/2021; Data de Registro: 09/02/2021) (destaquei)*

Registra-se que, ainda que o juiz não se encontre adstrito ao desfecho atingido pelo laudo pericial (art. 479, CPC/2015: “O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito”), é certo que, repise-se, no caso *sub judice* não existem elementos aptos a infirmar as conclusões da prova técnica.

Noutra ponta, o magistrado *a quo* fixou de forma inequívoca o período a que se refere a autora, para fins de recebimento do adicional de insalubridade em grau máximo, tomando por limites temporais o início da Pandemia do Coronavírus (março/2020) até a data da entrada em vigor da Portaria GM/MS Nº 913, de 22 de abril de 2022 do Ministério da Saúde que determinou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-Cov).

Em suma, **a r. sentença deve ser fundamentalmente mantida**, cabendo, contudo, incluir correção de ofício acerca do regime de atualização da condenação, pois, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 113/2021, a correção monetária e os juros moratórios dar-se-ão unicamente pela aplicação da taxa SELIC.

Nesse sentido, observe-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Cumprimento de sentença – Decisão agravada que acolheu apenas em parte a impugnação ofertada pela Fazenda Pública – Irresignação da executada – O advento da EC nº 113/21 implicou na modificação do cálculo dos juros de mora e da atualização monetária em condenações impostas aos entes públicos – Incidência da SELIC –

Necessidade de observância no caso concreto, não havendo violação à coisa julgada – Precedentes – Tese de inobservância aos informes oficiais que não foi propriamente suscitada em primeiro grau, havendo inovação em grau de recurso – Informes oficiais que sequer foram apresentados na origem – Inadmissibilidade – Decisão reformada, em parte, apenas para ajustar os índices dos consectários legais – Recurso parcialmente provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 3001127-19.2023.8.26.0000; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 6ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/04/2023; Data de Registro: 18/04/2023) (Destaquei)

APELAÇÃO CÍVEL. Ação de repetição de indébito. Servidores públicos municipais de Jundiaí. Devolução de valores indevidamente retidos na fonte, a título de IRPF, sobre férias-prêmio, indenizadas e auxílio-transporte. Sentença de procedência. Manutenção. [OMISSIS] Correção monetária. Tema 905 do STJ, Tema 810 do STF e EC 113/21. A correção monetária deve ser calculada a contar de cada desconto indevido até o trânsito em julgado, e a partir daí deve incidir a taxa SELIC (Súmula nº 188 do STJ), pois é esse o critério utilizado pela Fazenda Pública para atualização do valor dos tributos e compensação da mora, sistemática que está em perfeita consonância com o decidido no julgamento do Tema 810 do STF, anotada a incidência da Emenda Constitucional nº 113/2021 a partir de sua vigência. Sentença reformada de ofício apenas para ajustar o cômputo dos consectários. Apelação desprovida. (TJSP; Apelação Cível 1002833-17.2023.8.26.0309; Relator (a): Jose Eduardo Marcondes Machado; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro de Jundiaí - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/08/2023; Data de Registro: 18/08/2023) (Destaquei)

Considerando o trabalho realizado em sede recursal, majoram-se os honorários advocatícios fixados para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, em obediência ao artigo 85, § 11, do CPC.

De resto, para facultar eventual acesso às vias especial e extraordinária, considero prequestionada toda a matéria infraconstitucional e constitucional, observando a sedimentada orientação do Superior Tribunal de Justiça,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

no sentido de que, na hipótese de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão colocada tenha sido decidida.

Ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso de apelação, com observação quanto ao regime de atualização da condenação, nos termos acima delineados.

MARCOS PIMENTEL TAMASSIA
Relator